

Arquitetura Moderna Portuguesa na África Subsaariana

RESUMO: Apresenta-se o tema da arquitetura e urbanismo modernos na África Portuguesa dos anos 1950-1970. Os seus antecedentes e contextualização. Os valores coletivos e humanos dessa arquitetura moderna. Dão-se exemplos de obras e autores, nos cinco territórios coloniais luso-africanos. Faz-se reflexão sobre a herança patrimonial atual dessas arquiteturas e cidades, nos PALOP.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura Moderna / África Subsaariana / África Portuguesa

ABSTRACT: This article discusses the theme of modern Portuguese architecture in Sub-Saharan Africa with a focus on architecture and urbanism from the 1950s to the 1970s. The collective and human values of this architecture is referenced. Examples of buildings, projects and authors from the five ex-colonial areas, now independent countries, are presented. General thoughts on the heritage of architectural and urban modernism in these countries are likewise expressed.

KEYWORDS: Modern architecture / Sub-Saharan Africa / Portuguese Africa

1. Antecedentes e Contexto Africano: Anos 1950-70

No dealbar da década de 1950, no Portugal Ibérico, havia uma situação difícil, em termos políticos e sociais, para que pudesse acontecer uma afirmação livre da nova geração de arquitetos no retrógrado e repressivo ambiente, nos aspetos culturais e profissionais, do país. Para os novos técnicos era inevitável pensar na “saída,” como solução de recurso para a abertura de vida que aqui lhes era negada. Porém, a mobilidade profissional para a Europa ou América era ainda restrita na época—sendo que a terra das oportunidades era a propagandeada África Portuguesa do Regime Salazarista.

Portanto, para a geração então recém-formada reforçava-se a ideia de escape e aventura, associada à ida para África—facilitada a afirmação profissional pela língua comum e pelo funcionamento social e institucional das comunidades

luso-africanas, muito próximas e dependentes das da Metrópole. Repare-se que as outras e pequenas colónias lusitanas se situavam demasiado longe (o Estado da Índia, Macau, Timor), não potenciando tantas possibilidades.

Foi também na década de 1950 que se sentiu, nas práticas da arquitetura e no urbanismo (sobretudo em Angola e Moçambique), uma profunda diferença com as fases anteriores, pelo abandono crescente dos modelos neo-tradicionais, iniciando-se, em termos sócio-económico-culturais, uma fase mais dinâmica e virada para a modernidade—apoiada pelas novas escalas tecnológicas, de planeamento e de construção.

Se, por um lado, se transpunha culturalmente o conflito “moderno-tradicional” da Europa para África—com a nova geração de arquitetos portugueses aqui fixados, de formação mais informada e atualizada, produzindo no quadro da ação estruturante dos poderes públicos—, por outro lado, a ativa iniciativa privada, com dinâmica económica e social, também eclodiu, procurando afirmar-se por novos espaços, estruturas e símbolos.

Assim, nos anos 1950, a via conservadora da “Arquitetura do Estado Novo” (desenvolvida nos anos 1930-40) entrou em conflito direto com a procura de afirmação da “Arquitetura Moderna.” Em consequência, os arquitetos mais tradicionalistas opuseram-se claramente aos arquitetos modernos. Então, a iniciativa mais liberta e a grandiosa escala de intervenção em territórios vastos e virgens constituíram um desafio com apelo à modernidade—ditando a vitória rápida dos defensores das práticas mais inovadoras. Sem esquecer a ação dos arquitetos “oficiais,” adstritos ao centralizante Gabinete de Urbanização do Ultramar (GUU)—que procuraram exercer uma arquitetura de consenso, de sentido equipamental e público, nela mediando entre a expressão radicalmente moderna e o desenho mais conformista—, esta afirmação moderna foi geral, poderosa, clara e abrangente.

A fase da transição das décadas de 1950-60 refletiu a relativa abertura política, no Portugal da época, entre as sequelas do Movimento de Unidade Democrática e a ressaca da euforia da candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República (1958). De facto, a segunda metade dos anos 1950 foi—também internacionalmente—de desanuiamento, sobretudo desde 1957-58, após o final da guerra da Coreia e da caça às bruxas norte-americana. As nuvens só voltariam com o fatídico ano de 1961 (início da Guerra Colonial em Angola). Estes anos foram assim o tempo de algum debate cultural em Angola, sobretudo em Luanda, pela afirmação da cultura de esquerda (dentro das limitações fortes do

regime luso-colonial), com intervenções por arquitetos como Francisco Silva Dias, Francisco Castro Rodrigues e José Pinto da Cunha.

A participação dos arquitetos portugueses radicados em Angola e Moçambique nos encontros e conferências internacionais africanas, com clara preocupação social e modernizadora, foi efetiva, embora irregular e pontual. Os temas eram sobretudo os da habitação coletiva e do urbanismo, no quadro dos países ainda colonizados ou em vias de descolonização. A título exemplificativo, refere-se a *Conference Interafricaine / Logement et Urbanization*, na sua segunda sessão, realizada em Nairobi em Janeiro de 1959, onde estiveram presentes dezasseis arquitetos de Moçambique, dois de Angola e dois do Portugal europeu.

Em Moçambique deve mencionar-se igualmente a gradual emergência de um debate cultural autónomo, centrado sobretudo na capital Lourenço Marques, e servido por associações locais, como o Núcleo de Arte ou o Cineclub. A isso ajudava a proximidade da África anglófona, com a sua capacidade informativa e atualizada, quebrando o isolamento, bem como a tradição de elite culta que a cidade cultivava. Destacavam-se arquitetos com consciência social e política amadurecida, como João José Tinoco e o seu grupo.

Também outros arquitetos, não tanto pela politização mas pela sua cultura aberta e de sentido participativo, como Pancho Miranda Guedes, contribuíram para o fortalecer do debate cultural. Como exemplo, no quadro da gradual tomada de consciência coletiva do problema das más condições de habitação e de vida da população africana negra nos arredores de Lourenço Marques, refira-se o artigo daquele arquiteto, no jornal progressista *A Tribuna* (n.º 228 de 9 de Junho de 1963), “A Cidade Doente—Várias Receitas para Curar o Mal do Caniço e o Manual do Vogal sem Mestre,” onde o autor, em estilo irónico e humorado, propunha uma série de medidas para a recuperação e qualificação urbana dos “caniços,” designação local para bairro de barracas.

Na viragem dos anos de 1960-1970, em paralelo e decorrente da guerra colonial, acentuou-se pelo Estado a tentativa tardia da ideia de Nação Plurirracial, com ela surgindo um novo surto de investimento público na criação de fontes de energia e de bases industriais, para uma escala mais global (as grandes barragens hidroelétricas, os povoamentos agrícolas de irrigação)—e assistiu-se a uma aceleração da explosão urbana e da expansão das cidades, com renovação de equipamentos e serviços, bem como a construção privada de imóveis de porte.

Atingiu-se nesta fase o auge da consolidação das nascentes redes urbanas, sobretudo em Angola e em Moçambique, num processo geral de construção das

idades, que decorreu em várias frentes, paralelas entre si: pelo maior desenvolvimento das urbes já existentes; pela elevação a cidade de vilas e povoações de menores, mas com importância estratégica e/ou administrativa; e pela implantação de novos povoados, mesmo que ainda embrionários.

Foi nestas décadas que, correspondendo ao surto urbanizador, se incrementou uma nova linguagem arquitetónica, mais dinâmica do que a anterior e primeira Arquitetura Moderna, e dela nascida: a do Movimento Moderno Internacional, com uma maior escala de realização e sofisticação, assente em novas tecnologias construtivas, que o acesso ao betão (com produção local de cimento e a importação do aço e do vidro) prodigalizavam cada vez mais. Novas construções, e sobretudo com uma ampla dimensão—nas cidades e vilas, mas também nos centros industriais e energéticos adentro dos territórios—, exprimiam a crença no progresso acelerado que o súbito desenlace político-militar das independências suspendeu, em 1975.

2. Lições e Valores, Coletivos e Humanos, na Fase da Arquitetura Moderna da África Luso-Colonial: Anos 1950-75

Em síntese, podem destacar-se aqui quatro características que decorrem de uma comum, sólida e contemporânea formação profissional, cultural e política, da que designamos por geração moderna dos arquitetos portugueses—informada e atualizada, apesar das limitações referidas, de teor político-social. Trata-se de uma generalização, havendo autores que de algum modo praticaram mais coerentemente estes aspetos, e outros de atuação mais irregular, ou menos identificada com eles. Vejamos então essas características, de atitude e de atuação, próprias desta renovada geração de arquitetos:

1) Ética da funcionalidade: esteve patente nos programas, espaços e conceções da grande maioria das intervenções arquitetónicas; ou seja, nos projetos houve, em geral, o entendimento da importância fulcral dos aspetos da utilidade das respetivas obras (privilegiando com isso a sua dimensão social para as comunidades afetadas)—o qual se considerou dever conduzir, ou nortear, os outros fatores, classicamente primaciais, da conceção dos espaços arquitetónicos (a tecnologia, a dimensão estética).

2) Abertura à tecnologia: em todo o caso, a dimensão técnica da profissão da arquitetura também foi considerada (talvez num plano imediatamente a seguir ao funcional), pois os arquitetos-autores sempre introduziram por princípio os novos materiais e conceções tecnológicas inovadoras, sem as relevarem como

protagonistas, mas também sem lhes recusar papel importante nas suas obras. Sobre este aspeto referia Vasco Vieira da Costa que (no mundo da construção ainda sem os sistemas generalizados de ar condicionado), só um bom arquiteto saberia construir eficazmente no contexto climático tropical—pois uma obra deficiente simplesmente não seria habitável (respirável) num clima deste tipo (conforme depoimento ao autor pelo arquiteto Troufa Real).

3) Visão global: soube integrar as áreas ou disciplinas do planeamento e urbanismo com as da arquitetura e desenho; isto é, os arquitetos praticantes nestes territórios e nesta fase histórica compreendiam bem, na sua atuação, a necessidade de ordenar o espaço numa perspetiva de conjunto, relacionando os vários níveis e escalas necessariamente interdependentes (do território, das cidades e povoações, das edificações e espaços arquitetónicos); trabalharam por isso, com igual abertura, em planos e estudos urbanísticos, em projetos de desenho urbano e paisagístico, além dos temas do projeto arquitetónico específico—o que ainda mais se entendia nesta fase, que foi de uma primeira estruturação urbana em muitas regiões africanas.

4) Ideia do serviço à sociedade: tema muito comum nos autores desta geração; considerando-se como fazendo parte de um corpo profissional, treinado e preparado para intervir nos vários níveis exigidos pela sociedade, quer nos programas públicos quer nos privados, o seu norte e referência para uma atuação (também aqui do ponto de vista ético ou, mais propriamente, deontológico) foi sempre o de dar primazia/protagonismo ao trabalho produzido, e dar muito menos valor, ou nenhum, à questão da autoria individual do mesmo; houve portanto uma prática de autoapagamento dos autores enquanto tal, os quais se consideravam agentes e impulsionadores, ao serviço da causa (preferencialmente pública) mas não reivindicando (em postura não individualista) por essa via a sua condição de operadores-criadores estéticos.

Numa leitura conjunta, tratou-se afinal de uma época e geração, no que toca à arquitetura, de claros sentidos dentro dos temas do concretizador-utilitarista, do coletivo-socializante, do funcional-tecnicista—em articulação com uma geral visão da Modernidade, ativa e atuante, plena de confiança no futuro.

3. Exemplificações—Obras, Autores e Realizações Marcantes do Terceiro Quartel do Século XX, Território a Território

Nos cinco espaços coloniais luso-africanos dos meados de novecentos, as manifestações e realizações da arquitetura moderna tiveram registos diferentes, em função da escala e dimensão de cada área. O contraste maior estabeleceu-se entre os pequenos arquipélagos do Atlântico Norte (Cabo Verde, Bijagós e a costa da Guiné-Bissau) e do Golfo da Guiné (São Tomé e Príncipe)—e os vastos espaços continentais de Angola e Moçambique, a sul de África, com milhões de quilómetros quadrados. Em breves referências e exemplos, seguem-se os casos mais relevantes.

1) Cabo Verde. O arquipélago ficou marcado, nesta fase, pelo crescimento (embora moderado) das duas maiores cidades, da Praia (ilha de Santiago) e do Mindelo (ilha de São Vicente)—através da renovação ou construção de equipamentos públicos, bem como pela implantação de novas infraestruturas e a execução de planos de ordenamento urbanístico. Na Praia, implantaram-se sobretudo obras na linguagem arquitetónica oficial do Estado Novo (o Liceu da Praia/Liceu Adriano Moreira, com o Monumento Henriquino fronteiro, de 1960; a antiga gare do aeroporto Gago Coutinho, de linhas modernistas sóbrias). Pelo contrário, no Mindelo, as novas construções públicas e privadas, embora escassas, afirmaram de modo qualificado as formas e espaços da modernidade: o edifício do Comando Naval, na baía (de 1962, pelo GUU, a que terá estado ligado Lucínio Cruz (1914-99), sendo o projeto de António Saragga Seabra (cf. Milheiro, *Construir em África 1944-1974*); o Hotel Porto Novo, na central Praça Nova.

2) Guiné-Bissau. As cidades da então Guiné Portuguesa tiveram algum crescimento, ao longo de meados de novecentos, havendo na colónia 544.000 habitantes em 1960. Como na Praia cabo-verdiana, foram os modelos arquitetónicos de transição ou mestiçagem moderno-tradicional que pontificaram na arquitetura pública da urbe: em Bissau, veja-se o edifício dos CTT, na avenida da República, com cobertura em telha e eixo de simetria na composição, e pórtico com fachada de linhas modernizantes (por Lucínio Cruz, de 1950-55); o hospital de Bissau, com pavilhões de cobertura telhada e fachadas com pórticos e colunatas, obra também por Lucínio Cruz, com Mário de Oliveira (1914-2013), de 1951-53, ampliado por Eurico Pinto Lopes em 1961-63; a Associação Comercial, atual sede do PAIGC, por Jorge Chaves (1920-1981), de 1949-53, talvez a mais elegante e moderna das edificações locais; a Alfândega, ao cais da urbe, com longo corpo horizontal e torre cilíndrica moderna, de betão e vidro. Exemplo de uma arquitetura moderna e pragmática de raiz portuguesa é o edifício da Administração do

Porto de Bissau—construção ligeira mas procurando a adaptação climática ao trópico, por Carlos Tojal, Manuel Moreira e Carlos Roxo (de 1967-68).

3) São Tomé e Príncipe. A arquitetura destes dois reduzidos espaços territoriais foi em geral, nesta época, mais discreta e simples do que nos vastos territórios afro-lusos a sul do Equador. Na cidade de São Tomé, edificadas ao longo da baía (ao lado dos edifícios tradicionais, sucessivamente alterados e modernizados, da Sé e do Palácio do Governo), encontram-se algumas arquiteturas representativas da Arquitetura Moderna, de iniciativa pública. Com linhas modernizantes (mas pórtico central) e eficácia funcional, o Liceu (antiga Escola Técnica Silva Cunha), por Mário de Oliveira, dos anos 1960, foi só inaugurado em 1969. O mais notável é, sem dúvida, o atual edifício das Telecomunicações Santomeneses, virando a sua fachada, protegida por uma larga retícula de *brise-soleil*, em betão armado, às águas equatoriais, uma obra por José Pinto da Cunha (1921-2007) e Pereira da Costa (1923-1976), de 1957-1962, inaugurada em 1965.

4) Angola—Luanda e Lobito. Com a transição para as décadas de 1950-60, surgiram finalmente os exemplos modernos, de uma arquitetura mais geométrica, próxima das formas industriais e moduladas—mudança que, de resto, sucedia igualmente na Metrópole. Refiram-se, neste registo estético, em Luanda: a aerogare General Craveiro Lopes, por Keil Amaral (1910-75), com volumes baixos, horizontais, encastrados, e interior com escadaria e decoração mural a fresco por Neves e Sousa, dos inícios dos anos 1950; o volumoso Palácio de Vidro, bloco com galeria e varandas em caixa, ao lado da Alfândega (por Luís Amaral, João Américo e António Campino); e, fruto da iniciativa privada e do ciclo do café, a sede cafeeira da firma Cirilo e Irmão, pelo arquiteto Pereira da Costa, de 1958, com sólida volumetria e desenho corbusiano.

Nesta época, e já que a ênfase deste texto se colocou na ação da nova geração de autores e na sua capacidade individual de contribuir para a afirmação moderna, podem destacar-se alguns autores e obras, trabalhando em Luanda:

— João Garcia de Castilho (1915-2007) e o irmão Luís Garcia de Castilho, dos primeiros arquitetos modernos fixados na capital angolana, autores do antigo cinema Restauração—que depois da independência, serviu como Assembleia Nacional—com torre fina e abstrata rematando um denso corpo horizontal, de 1946-51; e do cinema-esplanada ao ar livre Miramar, de 1964, sobre a encosta, com ampla vista para a baía, de palas em consola, em betão e madeira;

— Vasco Vieira da Costa (1911-1982), um dos grandes autores de Luanda, criador de um poderoso Bloco habitacional para os Servidores do Estado, com galerias

e sábia adaptação ao terreno em declive, de 1965; da moradia Casa Inglesa, no paisagístico morro da Alta da cidade / rua do Balão; e do fortíssimo edifício do largo da Mutamba, já de 1968-69 (atual Ministério de Habitação e Obras Públicas), com dois volumes ao alto justapostos e uso de grelhagens corbusianas, em obra a um tempo monumental e moderna (ver fig. 1. Edifício Mutamba);

— José Pinto da Cunha (1921-2007), qualificado autor (com Simões de Carvalho) da Instalação da Radiodifusão de Angola (ou Rádio Nacional de Luanda, edifício a lembrar um pouco a obra em La Tourette por Corbusier)—de 1963-67; e, no sector assistencial, do hospital de Lubango / Sá da Bandeira, com poderosa volumetria moderna;

— Fernão Lopes Simões de Carvalho (1929-), que trabalhou em Paris na equipa de Le Corbusier, com André Wogensky, até 1959. Foi, desde 1961, chefe do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda, e autor dos blocos de habitação coletiva da PRECOL na Unidade de Vizinhança n.º 1 do bairro Prenda (1963-65, com José Pinto da Cunha e Fernando Alfredo Pereira); com Lopo de Carvalho, construiu os blocos de habitação coletiva para os funcionários dos CTT de Luanda, obra expressiva em betão aparente (1968-69);

— António Nunes e Silva Campino (1917-1997), formado no Porto (tese sobre *Arranjo Turístico para a Ilha de Luanda*, 1953), trabalhou para a Câmara Municipal de Luanda (no Plano Diretor, em 1961-62), e nesta cidade projetou e construiu obras como o edifício da Auto-Avenida (ao lado do Banco de Angola), o Colégio dos Maristas, o Prédio Totobola, o Comando Naval de Luanda, além do qualificado hotel Presidente de Luanda, nos anos 1960-70 (na praça da Alfândega, à avenida Marginal, o atual Presidente Mériden, para o qual cursou uma formação especial de seis meses em Barcelona).

De referir ainda Luís Taquelim (1928-), natural de Lagos, Algarve, que, radicado em Luanda (1958-71), trabalhou sucessivamente como professor (1958-59), na Câmara Municipal (até 1964) e para a JAEA-Junta Autónoma de Estradas de Angola, indo depois para o Lubango / Sá da Bandeira (1971-75). Taquelim, também artista plástico (pintor), erigiu obras como, em Luanda, o Prédio Cuca, no Quinaxixe, e um prédio na rua Brito Godins; e, pelo território, projetou e construiu estações de correios (na Estrada do Catete e no Lubango), a Igreja de São Pedro em Mocâmedes / Namibe, o Hotel do Luso em Luena/Vila Luso. Executou os centros rodoviários da JAEA em várias sedes distritais (Benguela, Lubango e Namibe/Mocâmedes). No Lubango / Sá da Bandeira executou o Monumento a Sá da Bandeira, um vasto cineteatro (por inaugurar, 1975), a fábrica de cerveja, a

estação de caminhos-de-ferro (e habitações para os funcionários), o edifício da Câmara Municipal (inacabado) e diversas moradias.

Na cidade do Lobito, a segunda mais importante em Angola (em articulação com a vizinha Benguela) durante largo período do século xx, destaca-se a figura ativa de Francisco Castro Rodrigues (1920-2015), ali trabalhando entre 1953 e 1988, com continuada e decisiva participação nas áreas municipal, urbanística, infraestrutural e arquitetónica. De 1953, quando se radicou em Angola, é o projeto do Prédio do Sol, bloco residencial sobre pilotis, com painel mural de azulejos (por Manuel Ribeiro de Pavia, 1907-1957). Foi autor do mercado municipal (de delicada escala, 1963), do cine-esplanada Flamingo (entre mangais e praia, com elegante pala em betão, tensionada por cabos, 1963), da nova Aerogare (volume transparente, com extensos panos de grelhagem para ventilação, 1964), e do liceu (sóbrio e bem adaptado ao clima, com fachada ventiladora, de grelhas, de 1966) (ver fig. 2. Prédio Universal; fig. 3. Jardim no Lobito).

5) Moçambique—Lourenço Marques e Beira. Tal como em Angola, a arquitetura moderna afirmou-se aqui gradualmente ao longo dos anos de 1950-60. O Banco Nacional Ultramarino (atual Banco de Moçambique), projeto dos anos de 1956-60, na avenida 25 de Setembro (antiga avenida da República), é obra marcante da afirmação do moderno na área central da cidade, pela dimensão, qualidade e função (por José Gomes Bastos, 1914-91); o Prédio TAP (ou Montepio de Moçambique), na avenida de Dom Luís I (atual Samora Machel), é uma obra muito afirmativa na sua arquitetura alegre e de volumetrias soltas (por Alberto Soeiro, de 1960); o aeroporto de Gago Coutinho, agregado à gare mais antiga, é também uma obra de linhas modernas a assinalar (de 1962-65, com projeto de Cândido Palma de Melo (1922-2003). Refira-se ainda a igreja da Polana, por Nuno Craveiro Lopes (1921-72), de 1962, de característica forma circular de expressão estrutural.

A estruturação do trabalho e do investimento, num território amplo como Moçambique, levou à fixação e afirmação de dois grupos principais de arquitetos, respetivamente na capital, Lourenço Marques, (atual Maputo) e na Beira, segunda cidade em importância. Refiram-se os mais destacados, sem prejuízo de outros com valor, em Lourenço Marques:

— Pancho Guedes (1925-2015), de nome completo Amâncio D'Alpoim Miranda Guedes, tem obra extensa, numa linha profundamente original, mostrando influências mistas corbusianas, da Arte Nova e dos temas da cultura vernácula africana: o edifício de habitação, sobre pilotis, Leão Que Ri (de 1956-58); a Padaria Saipal (1952-54), no bairro do Alto-Maé (avenida General Machado/Guerra

Popular), com uma complexa estrutura curvilínea; fora de Lourenço Marques, assinala-se ainda o prédio Nauticus (ou Hotel Portugal), explorando um gaveto urbano de Nampula, dos meados dos anos 1950, obra influenciada por Frank Lloyd Wright (ver fig. 4. Cooperativa de Habitação);

— João José Tinoco (1924-1983), autor fluente, criativo e claramente seguidor do Movimento Moderno, tem obra pública realizada um pouco por todo o território moçambicano, como o Palácio das Repartições (atual sede do Governo Provincial do Niassa), em Lichinga / Vila Cabral, no norte do país, de cerca de 1962-68, com um delicado corpo de dominante horizontal, avarandado e com grelhas, assente em pilotis; na área da capital Tinoco projetou obras como o Hospital de Tuberculosos da Machava (com Alberto Soeiro), ou, de cariz privado, a Fábrica de Relógios “A Reguladora de Moçambique,” com interessante modulação em corpos distintos, de ritmada silhueta triangular, e o Entreposto Comercial de Moçambique (com António Matos Veloso, 1921-2013) (Ver fig. 5. Hotel Inhaca; fig. 6. Loja TAP; fig. 7. Aerogare; fig. 8. Prédio em LM).

Na Beira, a Arquitetura Moderna contou com outros autores, fixados na cidade:

— Francisco de Castro (1923-), que aqui trabalhou até 1961 (Hotel Embaixador, de 1956-57, no centro da Beira; Banco Nacional Ultramarino de Quelimane, de 1961-73). A obra mais importante de Francisco de Castro foi projetada em colaboração com Paulo de Melo Sampaio e João Garizo do Carmo: a notável Estação de Caminhos de Ferro da Beira (de 1958-66), obra poderosa, com três componentes volumétricas—um bloco retangular de escritórios, articulado com o elegante corpo curvilíneo de entrada, em abóbada de betão, de ampla transparência, e o sector dos cais;

— Bernardino Ramalhete (1921-), com a elegante e original igreja de Macúti, com grandiosa frontaria revestida por uma grelha modulada, enquadrando a vasta cobertura ligeira e curva, de estrutura metálica, e a torre sineira, destacada do conjunto (de 1961); e o edifício Lopes Duarte, de volumetria fragmentada, dentro das influências *neo-liberty* da arquitetura italiana de então (1968);

— Paulo de Melo Sampaio (1926-1968), com a sede da Associação Comercial da Beira, edificada num gaveto da praça central da cidade, em afirmação de modernidade (1956-57); com o Motel Estoril, com fachada longa e ondulada, na praia do Macúti (de 1959); e, na região de influência, o Cinema Montalto, também em Vila Pery (atual Chimoio), inaugurado em 1963 (ver fig. 9. Cinema Montalto);

— João Afonso Garizo do Carmo (1917-1974), com o cinema São Jorge, na Beira (na praça Almirante Reis, término da avenida da República / Eduardo Mondlane),

de longa fachada curva com brise-soleils verticais (e painel decorativo por Jorge Garizo do Carmo, artista plástico e irmão), obra de 1953-54; a igreja matriz da Manga, ao estilo Niemeyer, com casca de betão em parábola, e geométrica torre (de 1957); e o inventivo Paço Episcopal de Quelimane (após 1954).

De entre as obras realizadas por autores portugueses não radicados na cidade da Beira, além da aerogare já referida, destaque-se o esplêndido edifício misto de comércio, indústria e habitação, Montegiro, em Quelimane (por Arménio Losa, 1908-88, e Cassiano Barbosa, 1911-98, ambos do Porto, projeto de 1954).

4. A Atual Questão do “Património Moderno” na África dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa)

O legado material da fase 1950-75 é vasto, do ponto de vista da organização territorial e urbana, da construção de sistemas edificados, e do desenho dos núcleos construídos. A infraestruturização do conjunto dos espaços dominados e ocupados/urbanizados foi enorme: nunca se construiu na chamada África Portuguesa como nesta fase, de modo tão encadeado, coerente e consistente, tanta infraestrutura, equipamentos, espaços de habitação e de mobiliário, urbano e arquitectónico.

Tal legado de urbanização e edificação dos PALOP, apesar de desfocado e desatualizado em parte pela nova dimensão e conteúdos nacionais dos vários estados independentes (bem como pelo novo surto de expansão urbana acelerada de algumas cidades, como Luanda), não deixa de ser ainda hoje o suporte fundamental da vida conjunta das suas cidades, vilas e demais povoados, para além de sustentar o essencial da sua global estruturação viária, ferroviária e aeroportuária.

Apesar desta realidade, porém, não está ainda plenamente assumida—quer pelos poderes públicos e políticos, quer pelas dimensões sociais e culturais vigentes nos PALOP (aspeto ditado por fatores vários, que não vem ao caso descrever em detalhe)—, a importância e os valores perenes deste legado que é por vezes erroneamente confundido, numa visão ideológica retrógrada, com o seu papel, circunstancial e passado, como agente da colonização.

É igualmente curioso (sobretudo em Angola) que, em termos de conservação e restauro, tem-se por vezes dado mais valor e importância às obras da chamada Arquitetura do Estado Novo, neoclássica, neo-regional e/ou historicista, do que ao legado funcional-racionalista, internacionalista, da Arquitetura Moderna (que tem um fundo conceptual de índole progressista, socializante e igualitário)—numa curiosa inversão identitária (assumindo que os países atuais devem privilegiar a dimensão da modernidade). Assim, a título de exemplo, em Luanda,

enquanto o excessivo e neobarroco Banco de Angola, por Vasco Regaleira (1897-1968), de 1953-56, permanece intacto e aparentemente intocável, o soberbo Mercado Kinaxixe (de 1950-52) foi simplesmente demolido, como “coisa velha, inútil e decadente.”

Em todo o caso, um bom sinal de começo de mudança nesta questão da consciência nacional, e cultural-pedagógica, quanto aos valores reais da arquitetura moderna anterior às independências, foi dado em Julho de 2015, pela realização em Luanda, promovido pelo Instituto Nacional de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda / IPGUL, de um colóquio internacional dedicado ao tema: “Jornadas de Reflexão sobre Arquitetura do Movimento Moderno—O Movimento Moderno em Angola e no Mundo. Contemporaneidade e os Mecanismos para a sua Preservação.”

É de facto necessário e urgente encetar todo um processo de debate e discussão cultural, nas comunidades dos PALOP, nos vários níveis profissionais correlatos e ativos no terreno (arquitetos, investidores, classe política e dirigente, instituições patrimoniais, etc.) para clarificar este conjunto dos valores do passado próximo, mais significativos para o futuro das suas sociedades, as quais estão hoje em profunda mutação e (nova) modernização. No fundo, simplesmente, é necessário saber olhar, aproveitar, trabalhar e aprender—sem falsas peias e iludidos complexos—a partir deste passado-presente material e bem consistente, mas tão próximo como ignorado.

(adaptado do texto publicado em tradução castelhana in *La Modernidad Ignorada. Arquitectura Moderna de Luanda*, coord. Roberto Goycoolea Prado e Paz Núñez Martí, 2011, Madrid, pp.45-63, que por sua vez se baseou no texto “Arquitetura Moderna na África Colonial de Expressão Portuguesa—Algumas Reflexões Aplicadas ao Século XXI—O Contexto, os Valores e a Produção Realizada; Alguns Temas e Conclusões,” escrito para o catálogo *Cinco Áfricas—Cinco Escolas da Representação Portuguesa Oficial à Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, BIA 2009*)

BIBLIOGRAFIA

- campino, José. Entrevista pessoal sobre António Campino. 9 Outubro 2014.
- Fernandes, José Manuel. *Geração Africana* [2002]. 2ª ed., Livros Horizonte, 2009.
- , coordenação. *Património de Origem Portuguesa no Mundo—Arquitetura e Urbanismo—África Subsariana*. Fundação Calouste Gulbenkian, 2010 (edição em inglês *Portuguese Heritage Around The World—Architecture and Urbanism—Subsaharian Africa*, FCG, 2012).
- . “Some Thoughts on the Portuguese Colonial City and Architecture in Post-Colonial Times.” *Sociology Study*, vol. 4, nº 10, 2014, pp. 881-890.
- , et al. *Angola no Século xx—Cidades, Território e Arquiteturas, 1925-1975*. Ed. Autores, 2010.
- , et al. *Cabo Verde—Cidades, Território e Arquiteturas*. Ed. Autores, 2014.
- , et al. *João José Tinoco Arquiteturas em África*. Livros Horizonte, 2008.
- , et al. *Moçambique 1875-1975—Cidades, Território e Arquiteturas*. Ed. Autores, 2008.
- , et al. *São Tomé e Príncipe—Cidades, Território e Arquiteturas*. Ed. Autores, 2013.
- Milheiro, Ana Vaz, coordenação. *Construir em África 1944-1974. A Arquitetura do Gabinete de Urbanização Colonial em Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique*. ISCTE-IUL, 2013.
- . *Nos Trópicos sem Le Corbusier. Arquitetura Luso-Africana do Estado Novo*. Relógio D’Água, 2012.
- Taqelim, Luís. Entrevista pessoal com CV impresso. 24 Março 2015.

JOSÉ MANUEL FERNANDES é Professor Catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. José Manuel Fernandes nasceu em Lisboa, em 1953. Formou-se em Arquitetura pela Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (1977) e doutorou-se em História da Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura de Lisboa (1993). Membro do Conselho Editorial da revista *Monumentos* desde 1994. Primeiro Presidente do DOCOMOMO Ibérico, 1993-97. Conferencista convidado no Departamento de Arquitetura da Universidade Autónoma de Lisboa, e seu Diretor no período 1998/2000. Diretor do Instituto de Arte Contemporânea do Ministério da Cultura em 2001/2003. Coordenador da área da África Subsariana no estudo *Património de Origem Portuguesa no Mundo—Arquitetura e Urbanismo*, sob orientação de José Mattoso, para a Fundação Calouste Gulbenkian (2007-2010), editado em livro em 2010-2012 (versão em português e em inglês), e disponível online (www.HPIP.org, 2012). Investiga, escreve e publica regularmente sobre temas de História, Arquitetura e Urbanismo.



1. Edifício Mutamba, atual Ministério das Obras Públicas /MOP, Luanda, Angola, pelo arquiteto Vasco Vieira da Costa, 1968 (foto Alexandre Alves Costa, anos 1980)



2. Prédio Universal, Lobito, Angola, pelo arquiteto Francisco Castro Rodrigues, 1967
(foto arquivo Castro Rodrigues)



3. Jardim no Lobito, Angola, pelo F. Castro Rodrigues (foto arquivo Castro Rodrigues)

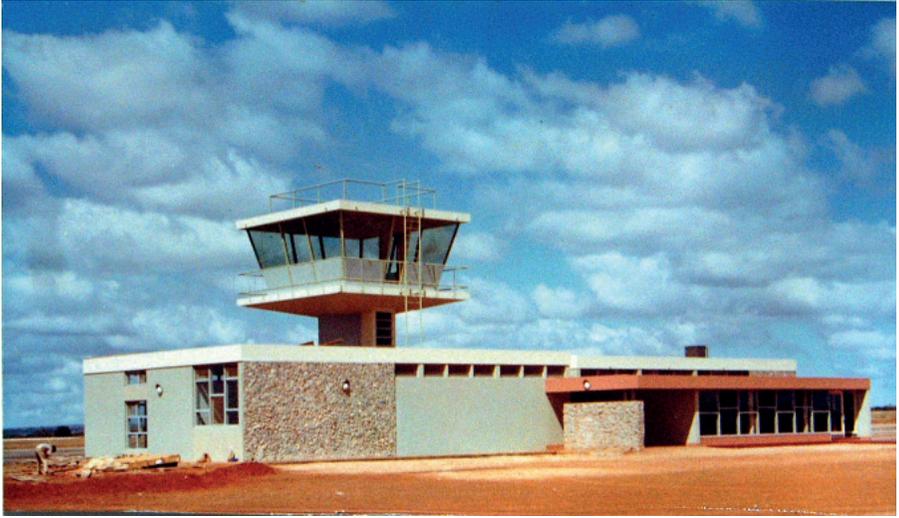


4. Cooperativa de Habitação, em Lourenço Marques / Maputo, pelo arquiteto Pancho Guedes, 1975 (foto arquivo Pancho Guedes)

5. Hotel na Ilha da Inhaca,
Moçambique,
pelo arquiteto João José Tinoco
(foto arquivo José Luís Tinoco)



6. Loja TAP / Transportes Aéreos Portugueses em Lourenço Marques / Maputo, pelo arquiteto
João José Tinoco (foto arquivo José Luís Tinoco)



7. Aerogare de Vila Cabral / Lichinga, Moçambique, pelo arquiteto João José Tinoco
(foto arquivo José Luís Tinoco)



8. Cinema Montalto, em Vila Pery / Chimoio, Moçambique, pelo arquiteto Paulo Sampaio, de 1963
(foto bilhete postal, colecção João Loureiro)



9. Prédio Fervreiro e Rocha, de escritórios e com Teatro Avenida, Lourenço Marques / Maputo, pelo arquiteto João José Tinoco (foto arquivo José Luís Tinoco)